

CORPO E CONTROLE

Joana Maria Pedro

Até meados do século XX, em Florianópolis, Santa Catarina, as práticas abortivas foram mantidas no reduto do privado. Divulgadas pelas mulheres, no interior de redes de relações, garantiram uma certa autonomia e ao mesmo tempo instituíram exclusões. Nos jornais da cidade, este foi um assunto silenciado. Antes de 1969 não apareceu qualquer informação ou discussão a respeito da questão do aborto. Entretanto, os hospitais locais são loquazes em registros de internação de aborto incompleto, e as entrevistas com mulheres idosas falam do aborto como uma prática costumeira. Nas narrativas das mulheres, este é um assunto que só podia ser discutido no interior de redes de parentesco, amizade e vizinhança¹.

Além do silêncio dos jornais, convém destacar que até meados do século XX nenhuma pessoa em Florianópolis foi processada pela prática do aborto. O destaque dos jornais e processos judiciais da época era para os casos de fetos ou recém-nascidos atirados nas praias, quintais, latrinas, fossas, etc. Enfim, produtos do corpo feminino encontrados em espaços considerados privados, que ganharam publicidade nos jornais e nos inquéritos e processos jurídico-policiais. Nesses inquéritos e processos, é possível observar uma "vontade de saber", do aparato jurídico-policial, a respeito das práticas abortivas. Entretanto, as pessoas envolvidas não eram acusadas da prática do aborto e sim de infanticídio ou, ainda, de sonegação de cadáver.²

Convém destacar que, apesar do silêncio dos jornais de Florianópolis, o assunto foi alvo de intensos debates em nível nacional e internacional. Após 1917, na então recente União Soviética, o aborto foi, por curto espaço de tempo, descriminalizado; no Uruguai, foi despenalizado em meados da década de 1930. Entretanto, os jornais de Florianópolis estiveram mudos a esse respeito. Somente os achados de fetos e de cadáveres de crianças recém-nascidas provocavam estardalhaço na im-

Joana Maria Pedro é professora no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

prensa, com acusação de infanticídio e, mesmo assim, as mulheres, quando identificadas, recebiam penas mínimas.

O silêncio dos jornais de Florianópolis a respeito do aborto foi quebrado, pela primeira vez, pelo jornal *O Estado*, de 4 de junho de 1969. Uma nota na página 8 – portanto notícia de pequeno destaque –, intitulada “Índices de abortos na capital chega a 20%”, transcrevia informações dadas pelo diretor da então recém-inaugurada Maternidade Carmela Dutra. Dizia o diretor que em *Florianópolis* tem ocorrido casos de aborto provocado, mas não foram constatadas provas concretas em virtude das pacientes negarem o ato e não declarar o autor. O diretor denunciava, ainda, a existência de casos de morte de pacientes devido a esses abortos.

Esta primeira notícia, publicada no jornal sobre uma prática frequente e tão silenciada, inseria-se, na ocasião, no interior de uma discussão maior sobre a questão demográfica e o debate internacional do uso de pílulas anticoncepcionais.

Os discursos sobre o perigo da explosão demográfica, voltados especialmente para a pobreza, remontam, como já se sabe, ao século XIX, com as ameaças malthusianas. São, porém, deste século, campanhas mais efetivas, inclusive com participação de investimentos governamentais. O empenho em reduzir o índice de natalidade dos pobres encontrou doadores generosos de recursos. Na década de 1960, contou com a participação do governo dos Estados Unidos (Greer, 1987, p. 325-361). No Brasil, é conhecida a atuação de diversos organismos internacionais voltados para o planejamento familiar, com investimentos significativos (p. 366).

A questão do planejamento familiar é discutida pelos jornais de Florianópolis com grande atraso. Enquanto esta questão era debatida, em nível internacional, e laboratórios faziam experiência com diferentes métodos anticoncepcionais – datando da década de 1950 as experiências com métodos orais (p. 150-181) –, nada encontramos na imprensa de Florianópolis antes de 1965. No dia 18 de novembro daquele ano, o jornal *O Estado*, na página 4, publicava um artigo com o título “O Concílio condena o controle da natalidade”, no qual o autor relata o veto do Vaticano.

Na coluna do leitor nada foi comentado. Um outro artigo sobre o assunto só apareceu em 1968, na página 5, com o título “O papa e a pílula”; neste, o articulista critica a relação entre subdesenvolvimento e controle da natalidade.

A segunda metade da década de 1960 é, portanto, um divisor de águas. Um assunto, até então mantido em discussões privadas, ganha debate público na imprensa. A partir de então, percebe-se uma frequência cada vez maior dessas discussões; nelas, desponta não só a questão

do aborto e do infanticídio como também do controle da natalidade, do uso de pílulas e de outros métodos anticoncepcionais, chegando a abordar a possibilidade de o aborto tornar-se uma *arma de combate às explosões populacionais*.³

Toda essa tagarelice, que contrasta com o antigo silêncio, deve estar relacionada com aquele momento da vida política do País – de ditadura militar – cuja diretriz econômica determinava como parâmetro de país desenvolvido o baixo índice demográfico, mesmo no interior de um discurso contraditório que aconselhava a ocupação de vazios territoriais. Era a submissão aos ditames de investidores internacionais, que exigiam a redução da natalidade nos países pobres. Por outro lado, o silêncio anterior deve estar ligado à configuração conservadora e provinciana da cidade, com população rarefeita⁴, e com pouca possibilidade de acumulação de riquezas.

Este conservadorismo, entendemos, não se restringe a Florianópolis: pode ser encontrado em outras cidades com configuração semelhante. Demonstra a existência de múltiplas temporalidades, de culturas diversificadas e de diferentes relações sociais, impedindo que possamos estender para todo o Brasil avaliações e estudos realizados em grandes metrópoles.

Em trabalho realizado anteriormente, percebemos que até o final do século XIX a imprensa de Desterro, atual Florianópolis, permaneceu dependente de recursos públicos e vinculada a partidos políticos (Pedro, 1995). Além disso, até a década de 1910, nesta cidade, os jornais foram eminentemente masculinos (Pedro, 1994), assim como foram masculinos, por muito tempo, os componentes do aparato jurídico – inclusive o júri e as testemunhas –, embora as pessoas em julgamento pudessem ser mulheres.

Entre as capitais do Sul do Brasil, Florianópolis era, e ainda é, a menos populosa. Constatamos, em pesquisa anterior, que, enquanto em outras capitais no início do século XX o movimento sufragista esteve presente na imprensa e em movimentos organizados, em Florianópolis ele foi, no máximo, alvo de notícia por parte dos jornais. Nesta cidade, não surgiu qualquer movimento feminista organizado; algumas mulheres, como Antonieta de Barros e Maura de Sena Pereira, destacaram-se na defesa do voto feminino. O único jornal feminino do início do século, chamado *Pena, agulha e colher*, era de um conservadorismo capaz de fazer inveja ao mais misógino articulista.

É, possivelmente, o conservadorismo da cidade, e não somente o dos articulistas e proprietários de jornais, que explica a inexistência de debate sobre certos assuntos. A sociedade à qual se dirigiam os jornais

estava, possivelmente, mergulhada num silêncio ainda maior. Neste caso, o aborto era considerado um assunto exclusivamente de mulheres. Este era o tipo de coisa que todos sabiam, todos comentavam, mas nunca publicamente e a ponto de merecer debate na esfera pública. Somente as entrevistas podem nos dar informações sobre as práticas abortivas, mesmo assim obtidas com dificuldade, e tendo que recorrer a inúmeras estratégias. Para as mulheres idosas entrevistadas, este não é um assunto que se discuta com “qualquer pessoa”.⁵

Falar sobre assuntos relacionados ao corpo, a partos, a abortos, à menstruação, ou, ainda, trocar remédios, só é possível com pessoas incluídas no interior de uma rede de relação de vizinhança, parentesco e amizade. Entretanto, convém destacar que, neste caso, a exclusão também estava presente, ou seja: estes conhecimentos não eram divulgados para todas as pessoas, mas apenas entre amigas, mulheres casadas e já com alguns filhos.

Nas entrevistas realizadas, as mulheres falam dessas redes de relações. Dona Ondina narra que muitos dos conhecimentos eram transmitidos nos portões, junto ao lugar de lavagem de roupas, quando iam às vendas, nos caminhos, etc. De acordo com ela, tais conhecimentos eram passados da seguinte forma:

A Dona Maria chegava perto de mim e dizia assim: “aí, Ondina, sabe quem está grávida? É a Mariazinha, está grávida é”. Aí, quando chegava, passava uns dias, depois assim, “já veio a menstruação dela, ela tomou chá de arruda e agora não está mais grávida”. Tomavam o chá e depois perdiam a gravidez.⁶

Entre as amigas, circulava a informação: tradições que remontam ao período colonial brasileiro, no qual o chá de arruda e outros métodos abortivos eram conhecidos. A procura pelo chá tornava a vendedora de arruda uma figura típica da paisagem do Brasil-Colônia (Priore, 1993, p. 396).

Além do chá de arruda, na fala das entrevistadas aparecem inúmeras receitas que vão desde o caldo de feijão insosso⁷ a chás de inúmeras plantas, como o do cipó-mil-homens⁸. A maior parte dessas receitas era definida como *remédios para fazer vir as regras*; na maioria tratavam-se de *beberagens*, ou seja, algo que era engolido e que providenciaria, através do vômito ou da diarreia que provocava, a saída das *regras recolhidas*. Muitas dessas práticas faziam parte dos conhecimentos das mulheres, que tradicionalmente vinham sendo passados de mulher para mulher, há muitas gerações.

Entretanto, conforme já dissemos, o acesso a esses conhecimentos não era estendido a qualquer pessoa; de maneira geral, as mulheres solteiras não participavam dessas redes de solidariedade e auto-ajuda feminina. Entre as excluídas encontram-se as mulheres acusadas de infanticídio, que em geral eram mulheres sozinhas, viúvas, solteiras, separadas, muitas delas empregadas domésticas, enfim, distantes das redes familiares. Originadas de casos extraconjugais, não encontravam nas vizinhas, como as casadas, amparo para pôr fim à gravidez indesejada. Em depoimentos judiciais, falam de remédios que tomaram sem surtir efeitos. Assim, o infanticídio acaba despontando como um último ato de dar fim à gravidez e o feto é colocado nos mais inusitados lugares: em baixo da cama, enterrados nos quintais, atirados ao mar, no interior de latrinas. Por conseguinte, espaços também privados, que só foram tornados públicos pelos inquéritos policiais e processos judiciais.⁹

Por seu turno, as entrevistadas, mulheres de mais de 65 anos, falam da “ignorância” em relação ao sexo e ao corpo de maneira geral, embora este “desconhecimento” possa fazer parte de narrativas costumadamente aceitas, que pretendiam demonstrar o quanto eram “inocentes e puras” antes do casamento. Desta forma, era o casamento e a gravidez freqüente que as colocavam no interior de redes femininas, nas quais, além de conhecimentos de práticas abortivas, trocavam-se ajudas na hora do parto, na gravidez, no trato com bebês, etc...

Na divulgação destes conhecimentos, ao lado das beberagens aparecem, nos depoimentos, outros métodos abortivos: o uso do talo de mamona, das sondas, das agulhas de tricô, de varões de guarda-chuvas e de outras práticas, envolvendo, de alguma forma, a violência com o corpo; por exemplo: fazer força, pular corda, pular de lugares altos, cortar lenha, carregar peso, subir em árvores.

É interessante perceber como, em relação a muitas destas práticas, as mulheres tinham noção de sua inutilidade. No dizer de Dona Ondina:

Sim, ensinava tomar, “toma-se isso aí”, eu tomei, “bota-se arruda dentro do vinho e toma-se”, tomei a garrafa inteira de vinho, toda, e aí o rapaz aí óh (risos). Todo dia de manhã tomava um pouquinho, todo dia (risos) que nada. [...] pegava guarda-roupa tudo sozinha, arrastava prá lá, arrastava prá cá (risos) que nada hum, esperasse pelos nove meses [...] esperava a menstruação hoje e não vinha, dez dias e a menstruação atrasada, aí eu fazia estas coisas assim para ver se vinha, não vinha aí não podia fazer nada, deixava o filho vir.¹⁰

As entrevistadas que falam de práticas abortivas eram mulheres casadas, com vários filhos; elas apontam as dificuldades que mais crianças trariam. Dona Ruth conta que tentava, com o marido, empregar métodos contraceptivos, mas não dava certo: *ele não gostava*, e então ela usava *aquelas ervas fortes*. Mas quando não dava certo, apelava para outros métodos.

A fala de Dona Ruth demonstra, também, que na relação do casal o cuidado com a reprodução era tarefa feminina. Isto se repete em outras entrevistas. Ainda nas palavras dela, a nova gravidez era pensada como um momento de tristeza.

Quando nós ficávamos grávidas, que não queríamos mais, era uma tristeza. A gente ficava quase louca porque não existia nada, a gente sofria, né, porque não queria mais engravidar, aí elas abortavam né, elas tomavam aquelas coisas, né, muito forte, para muitas delas dava até vômitos, dava tontezas. Até eu também tomei, mas eu, não adiantou de nada. Eu podia tomar de tudo, tudo [...] Quando foi um dia uma amiga disse pra mim: "Ruth sabe qual é a coisa melhor pra gente fazer, ó remédio não dá, a gente vai se encher de filhos, não se pode ir num médico pra fazer uma coisa que tem gente aí que está fazendo. A gente tem que arrumar um jeito". Um dia ela passou lá em casa e disse "sabe o que está se usando muito? Não tem essas sondas nos hospitais, sabe?" [...] Aquilo coloca dentro do útero, eu fiz assim, faltou a regra, né.[...].¹¹

Na descrição de Ruth permeia o diálogo, a transmissão de conhecimento de amiga para amiga e, também, a tristeza por saber-se grávida novamente e o apelo a vários métodos para abortar. Esta fala de Ruth repete-se em muitas entrevistas, levando-nos a afirmar que essas práticas eram, na verdade, muito divulgadas e experimentadas entre mulheres casadas que não desejavam ter mais filhos.

Na fala das mulheres entrevistadas, a utilização de práticas abortivas não visava dar um fim à gravidez resultante de relações extraconjugais, mas sim impedir a vinda de mais um filho numa família já numerosa.

Na tentativa de interrupção da gravidez, utilizavam-se vários métodos. A utilização de sondas, relatada por Dona Ruth, não deixava de ter a mesma função que a de objetos capazes de perfurar, como aqueles utilizados desde o período colonial: *fusos de roca ou broches de ferro, colheres ou canivetes [...] (Priore, p. 305)*. A mesma entrevistada descreve a maneira de usar a sonda:

*Aí a gente esterilizava...[...] Com álcool, né, e a mão também, e aí a gente colocava, a gente tomava um banho quente, assim bem esperto, e aí a gente se encostava na parede e localizava a boca do útero, era aquilo, a gente sentia. [...] A gente sente a boca do útero, aí a gente passava um pouquinho de azeite e ia devagarinho, devagarinho, levava o dedo assim, por baixo. Encostava o dedo assim por baixo. [...] empurrava direitinho, entrava lá dentro, aí quando a gente via que encostava a gente parava, [...] Aí a gente remexia, [...] depois a gente levantava, assim a calcinha, ficava aqui, aí a gente se levantava com todo jeito para não sair do lugar...[...]*¹²

Esta descrição da colocação da sonda, bem como a noção da existência de outros métodos, sua utilidade ou inutilidade, demonstra, também, o conhecimento que estas mulheres possuem sobre seus corpos; conhecimento este que foi sendo apropriado e monopolizado pelo saber médico. Em Florianópolis, por exemplo, a primeira maternidade, criada em 1927, foi dirigida pelo médico encarregado de exame de “parto susposto”¹³ do aparato judicial, o doutor Carlos Correa, presente nos vários processos por infanticídio na primeira metade do século XX.¹⁴ Até a década de 80 do século XIX, encontramos parteiras realizando este e outros tipos de exame; a partir de então, somente os médicos tiveram esta “autoridade”. Trata-se, portanto, de um processo de controle do corpo feminino que desqualificou um saber mantido por muito tempo na cultura local, transmitido de mulher para mulher.¹⁵

A maioria das entrevistadas declara que teve filhos através de parteiras, e duas relatam que tiveram filhos sozinhas.¹⁶ Ao falar das mudanças no tempo, demonstram perceber a diferença com que as mulheres mais jovens tratam o corpo. A diferença é marcada pela ausência de resguardo após o parto e de cuidados no período de menstruação.

Nas suas narrativas destaca-se, também, o corpo como lugar da memória. Diferente do tempo do calendário e do relógio, existe um outro tempo que é definido pelo corpo e que, através dos sinais de alteração, marca os acontecimentos da história da vida. No corpo feminino, o aparecimento dos seios, a menstruação, os diferentes partos e a menopausa tornam-se marcos que vão datando os acontecimentos. O corpo, então, torna-se, como tantos outros, um lugar de memória eminentemente sexuada. Os acontecimentos da história da vida ficam, então, nessas narrativas, balizados por marcas corporais.

Como lugar de memória que o corpo é, homens e mulheres referem-

se a manchas, cortes e marcas, muitas delas consideradas honrosas, tais como as que Gilberto Freyre cita, quando fala do orgulho com que os meninos apresentavam as marcas da sífilis, sinal de que já não eram mais donzelões.¹⁷ Em relação às mulheres, estas marcas são específicas e nem sempre possíveis de serem mostradas. A narrativa, mesmo assim, vai sendo permeada por estas marcas: os filhos, os abortos, a época em que ficou “mocinha”. Mesmo que essas marcas não sejam externas, delimitam o tempo e servem de referência para a narrativa. Trata-se, neste caso, da especificidade de uma memória sexuada. Não do ponto de vista biológico, mas *na medida em que as práticas sócio-culturais estão presentes nas relações e, portanto, são parte de uma história* (Perrot, p.9-18).

Michelle Perrot tem-nos apontado a especificidade dos lugares de memória feminina, mostrando como a memória das mulheres é, frequentemente, vestida: *naquele dia eu usava...*; ou seja, nossas lembranças estão localizadas em vestidos que usamos, em pequenos bibelôs, lembranças trazidas de viagens, *mil nada*s, que povoam armários e cristaleiras, reencenando acontecimentos vividos (p. 13). Formas de prender o tempo, de fazê-lo retornar através da rememoração.

Como estes *mil nada*s, lugares específicos da memória feminina, o corpo é também um destes lugares. Nele, estão demarcados inúmeros acontecimentos, nem sempre prazerosos, porém muito significativos.

Nas entrevistas realizadas, as mulheres narram sobre formas de controle autônomo do corpo através de práticas abortivas nas quais os acontecimentos do público e do privado se misturam. Marcas internas e externas do corpo servem de balizas para esta história que vai sendo contada: marcada pelos nascimentos dos filhos, pelos abortos que tiveram, pelas doenças que sofreram, enfim, pelas memórias do corpo. Desconsiderando o calendário e os anos que seguem de forma linear, a passagem do tempo é marcada por outras balizas.

Na fala de Dona Natália, o nascimento dos filhos marca a história da família, as inúmeras mudanças de casa: *[...] fiquei morando no Pantanal, depois de eu ter o terceiro filho foi que eu saí do Pantanal e vim morar aqui na Penitenciária, daqui a gente foi percorrendo via-sacra, hoje numa casa amanhã noutra e ganhando os filhos [...]*¹⁸.

Dona Geraldina, por exemplo, demonstra a percepção da passagem do tempo, daquilo que era e que não é mais, através da procura do médico ou do hospital, por causa das inúmeras vezes em que engravidou. *[...] Era um médico, que a gente chamava em casa, hoje em dia não tem mais. [...]*¹⁹

A noção da passagem do tempo também é marcada por uma rela-

ção de vergonha com a exposição do corpo. [...] *naquele tempo havia vergonha, a gente tinha vergonha de mostrar o corpo [...]*²⁰.

Além destas questões, é possível observar nas entrevistas como o corpo feminino e o feto eram representados pelas mulheres. Para Dona Ruth, assim como para muitas mulheres, o aborto de um mês, por exemplo, não significava a supressão da vida de uma criança. O sangue que a sonda trazia era recebido com alegria: *ai aquilo foi uma maravilha*. A descrição que fazem é a de ser uma *bola coalhada*,²¹ às vezes *uma bola branca*,²² em outras ocasiões, descrito como *um monte de molas*, semelhante à *água-viva gelatinosa*.²³ Enfim, era *sangue parado*.²⁴ São representações que não coincidem nem com aquelas desenvolvidas pelo saber médico, expressas nos processos judiciais do início do século, nem com as dos dias atuais, instruídas pelos últimos avanços das técnicas de reprodução humana.

Estas novas tecnologias, ao promoverem o *deslocamento do ato reprodutivo da esfera privada para um contexto de laboratório*,²⁵ provocam acirradas discussões sobre o destino que deve ser dado ao embrião e, mais do que nunca, isto deixa de ser uma questão privada e passa a ganhar intensa publicidade.

Estas discussões estão inseridas numa nova forma de representação do feto e do corpo feminino. Em relação ao primeiro, em vez de parte das vísceras femininas, ganha, no laboratório de reprodução humana, *individualidade* e, no ventre das novas mães – mesmo daquelas que não estão incluídas entre as clientes destes laboratórios –, ganha *personalidade*.

Muito tem-se discutido a respeito dos parâmetros que constituem, nos dias de hoje, a chamada “nova maternidade”: os avanços dos instrumentos e das tecnologias médicas têm dado às mães de classe média uma maior visibilidade das suas entranhas e, conseqüentemente, do feto. Os *vários recursos tecnológicos como a ultra-sonografia, a escuta dos batimentos cardíacos, por exemplo, ao desvelarem aspectos até então invisíveis, diminuem as fronteiras percebidas entre o feto na barriga e o filho fora da barriga* (Almeida, 1987, p. 64).

Alvo da crítica dos psicólogos naquilo que eles têm chamado de *psicologização da vida*, esta nova representação do feto – não mais como *pessoa potencial*, mas como *pessoa atual*, capaz de sentimentos e de individualização – tem surgido no bojo de toda uma parafernália de instrumentos tecnológicos que, ao lado de novas visibilidades, criam outras obscuridades e *inquietações antes desconhecidas* (Sant’Anna, 1995, p. 12).

Dados da engenharia genética, que individualizam os seres, definem para o embrião uma personalidade capaz de informações sobre o

futuro e, portanto, embaralhando o virtual e o concreto. Este embrião transmissor de informações torna-se passível, inclusive, de intervenções visando à correção de possíveis problemas futuros. Esta representação do feto como corpo informatizado, e como sujeito psicologizado – visível, não a olho nu, mas com o olho armado pelas novas tecnologias –, distante do ventre materno, tem colocado em xeque muitos dos argumentos feministas baseados na representação do feto como parte do corpo feminino e, portanto, dependente de sua decisão.

Nos processos judiciais do início do século XX, especialmente nos exames de corpo de delito em fetos ou em crianças mortas e também nos exames de partos-supostos, podemos destacar outras formas de representação dos corpos. No caso de fetos ou crianças mortas, a própria separação e identificação do achado demonstra uma forma de representar os corpos diferente da dos dias atuais. São considerados fetos os produtos da gravidez de até 7 meses; a partir daí já são considerados crianças recém-nascidas mortas, pois aceitava-se que após o sétimo mês o feto já tinha possibilidade de vida fora do útero materno. Além disso, a definição de que a criança teria ou não nascido com vida era dado pelo exame chamado *docimásia pulmonar hidrostática*, o qual permitia saber se teria ocorrido entrada de ar nos pulmões da criança. O ar definia se esta tivera ou não vida extra-uterina.

A oxigenação do pulmão, como sinal de vida, está ligada à representação do corpo-máquina, capaz de combustão, produtor e consumidor de energia. Nos manuais de higiene do século XIX, a limpeza da pele era recomendada como recurso à possibilidade de que ela respirasse. No interior de uma luta contra os micróbios – então recém-descobertos –, a oxigenação facilitava a combustão e desenvolvia imunidades (Vigarello, 1988, p. 165).

Era essa a representação que estava presente no exame realizado pelo aparato jurídico-policial. Esta forma de pensar o feto ou a criança difere muito das atuais representações, nas quais o embrião ganha personalidade através das referências genéticas que traz. Como já vimos, o feto, no início do século, só era pensado como criança após os 7 meses de gravidez, e ainda assim necessitava da prova da existência de ar nos pulmões para ter o estatuto de pessoa. Nos dias atuais, as novas tecnologias podem garantir a vida do feto, fora do útero, com menos de 7 meses.

Entretanto, para as nossas entrevistadas, estes produtos eram expelidos do útero por meios que visavam “fazer vir as regras”, como se costuma dizer. Não se tratava, de acordo com os seus depoimentos, de

aborto, mas de menstruação atrasada, nem de um feto, mas de um outro produto qualquer. Representações, portanto, bem diferentes daquelas da tecnologia da reprodução humana atual, e daquela dos processos judiciais do início do século XX.

Convém destacar que este tipo de representação, em que a mulher não reconhece que realizou um aborto, especialmente quando este foi *induzido por via oral, pela ingestão de chás e/ou remédios*, está presente, não só na fala das mulheres idosas de Florianópolis, mas também em investigações realizadas em outros locais.²⁹

É possível inferir-se que o recurso a objetos cortantes e pontiagudos, descritos nas entrevistas, fosse utilizado como último apelo, depois que outras práticas tenham-se mostrado inúteis. Além disso, o risco de infecção e a possibilidade de perder a vida deveriam contar. No entanto, a relutância, ou o silêncio que aparece em algumas entrevistas sobre estes expedientes, pode demonstrar que diferentemente dos chás e bebidas estes métodos não poderiam ser camuflados sob a intenção de *fazer descer as regras*; na verdade, a introdução de objetos era uma forma de reconhecer que possivelmente a falta de menstruação significaria a existência de gravidez, enquanto que as bebidas poderiam ser pensadas como remédios para regras em atraso.

Esta forma de relacionar-se com o corpo já faz parte da cultura, de uma experiência antiga. Entre as camadas populares, convivem, contraditoriamente, a condenação do aborto com o uso de métodos abortivos e a divulgação destes (Leal e Lewgoy, 1995, p. 58 e 67).

A manutenção das discussões sobre a questão do aborto como “coisa de mulheres”, restritas ao reduto do privado e transmitida no interior de redes restritas de relações sociais, se, por um lado, garante a permanência de práticas autônomas de controle do corpo permeadas por representações antigas e balizadas por outras formas de temporalidade; por outro, impede que este assunto seja considerado de relevância pública. Consideramos importante que a sociedade assuma políticas públicas que garantam para as mulheres o direito de escolher quando ter filhos; e não “condenar à vida” todos os óvulos fecundados. Isto exige que a questão seja problematizada, que se transforme em debate público. Para pequenas cidades como Florianópolis, é necessário um maior investimento. Suas costumeiras instituições provincianas e conservadoras tendem a manter esta discussão no âmbito do privado, considerando-a e desqualificando-a como “coisa de mulheres”. Isto dificulta a mudança.

NOTAS

1. Este artigo foi composto com os dados coletados para a pesquisa *Corpo e controle: autonomia e controle do corpo feminino (1900-1996)*, financiado pelo CNPq, iniciado em março de 1997, a partir de processos judiciais, registros policiais, jornais, revistas e entrevistas. Foi apresentado no BRASA-IV – Brazilian Studies Association, realizado entre 12 e 15 de novembro de 1997, na cidade de Washington – DC.
2. Conforme anteriormente pesquisa realizada: *Autonomia e criminalização: o controle do corpo feminino (1900-950)*.
3. Trata-se da nota publicada no jornal *O Estado*, com o título Holdemar lança livro: aborto e demografia, em 2/11/71, n. 16753, p.3.
4. A cidade de Florianópolis conta, hoje, com aproximadamente 272.073 mil habitantes e, no início do século XX, contava com cerca de 30.000.
5. Para obter as entrevistas, tive que recorrer às amigas de minha mãe, senhora Sebastiana Correa Pedro. Foi ela quem me apresentou às senhoras idosas, suas amigas. Além disso, nas entrevistas eu a levava para que ela estimulasse as mulheres a falar, narrando ela também suas experiências e aquilo que sabia. Desta forma, criou-se uma espécie de “clima” de troca de narrativas sobre intimidades, despertando maior confiança nas entrevistadas.
6. Entrevista com Dona Ondina Dorvalina Vieira, realizada em 21/3/96 por Joana Maria Pedro.
7. Entrevista com D. Matilde (Tiloca), realizada em 6/3/96 por Maria Conceição de Lacerda.
8. Entrevista com D. Pureza, realizada em 3/9/95 por Maria Conceição de Lacerda.
9. Dos 14 casos que encontramos em Florianópolis, pesquisados entre 1900 e 1950, somente 5 (cinco) constituíram-se em processos judiciais; 7 (sete) ficaram no estágio de inquéritos policiais e 2 (dois) não passaram de notícias do encontro de cadáver.
10. Entrevista com D. Ondina, já citada.
11. Entrevista com Dona Ruth Farias Pereira, realizada em 1/4/96 por Joana Maria Pedro.
12. Entrevista com D. Ruth, já citada.
13. O exame de “parto suposto” era realizado em mulheres acusadas de infanticídio, processos judiciais com os quais tenho trabalhado.
14. Conforme pesquisa em processos judiciais, que temos realizado.
15. Ver, a respeito da desqualificação do conhecimento feminino sobre o cuidado com o próprio corpo e com a saúde de maneira geral, em ENREINREICH, Bárbara & ENGLISH, Deirdre. *Brujas, comadronas y enfermeras. Historia de las sanadoras*. Barcelona: La Sal Edicions de les dones. 1984.
16. Tratam-se de D. Maria dos Anjos e de D. Rute
17. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. Igualmente, disso fala José Lins do Rego em *Menino de Engenho*.

18. Entrevista com Dona Natália Maestri da Silva, em 20 de dezembro de 1996, realizada por Joana Maria Pedro no bairro da Trindade.
19. Entrevista com Dona Geraldina, em 10/11/95, realizada por Maria Conceição de Lacerda no bairro Saco Grande I, em Florianópolis.
20. *Ibidem*.
21. Entrevista com D. Ruth, citada.
22. Entrevista com D. Ondina, já citada.
23. Entrevista com Dona Matilde (Tiloca), já citada.
24. Entrevista com D. Ruth, citada.
25. Ver NOVAES, Simone e SALEM, Tânia. Recontextualizando o embrião. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFSC/UFRJ – PPCIS/UERJ, n.3, n. 1/95, p. 69.
26. Ver OSIS, Maria José D. et alli. Dificuldades para obter informações da população de mulheres sobre o aborto ilegal. *Revista de Saúde Pública*, 30 (5): 444-51, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. A nova maternidade: uma ilustração das ambigüidades do processo de modernização da família. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. (org) *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- LEAL, Ondina Fachel. e LEWGOY, Bernardo. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, Ondina Fachel. *Corpo e Significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.
- PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9 n. 18, p. 09-18, ago.89/set.89.
- PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF; Edumb, 1993.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Apresentação. In: *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- VIGARÉLLO, Georges *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Fragmentos, 1988.